



O PROCESSO POLÍTICO MARANHENSE: da Oligarquia Sarney à Ascensão Do PCdoB Mayara Pinheiro Fortes¹

RESUMO: Este artigo pretende expor o declínio da oligarquia Sarney e o avanço do PCdoB no Maranhão, a partir de três eixos: a crise intraoligárquica no seio do grupo político Sarney, o enfraquecimento da oposição pedetista e um clamor nacional, vindo das ruas, por renovação política. O PCdoB, a partir dos anos 80, com a política de alianças partidárias e com a eleição de Lula em 2002, cresce vertiginosamente tanto a nível institucional, como em quantidade de filiações. Mas é no Maranhão, com a eleição de Flávio Dino em 2014, que o partido elege o primeiro governador da sigla no Brasil.

Palavras-chave: Oligarquia Sarney. Declínio. Renovação Política. PCdoB.

ABSTRACT: This article intends to expose the decline of the Sarney oligarchy and the advancement of PCdoB in Maranhão, comprising three axes: the internal crisis in the Sarney political group, the weakening of the *pedetista* opposition and a nationwide outcry for political renewal. Taking advantage from a policy of party alliances and the election of Lula in 2002, the PCdoB has experienced exponential growth since the 1980s, both at the institutional level and in the overall number of affiliations. But it is in Maranhão, with the election of Flavio Dino in 2014, that the party elects its first governor in Brazil.

Keywords: Sarney's Oligarchy. Decline. Political Renewal. PCdoB.

1. INTRODUÇÃO

A eleição de Flávio Dino em outubro de 2014 marcou o fim de um ciclo oligárquico (o *sarneyismo*) nos governos estaduais e um novo momento político no Maranhão, com a eleição e posterior reeleição do primeiro e único governador do país pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A oligarquia Sarney cresceu na esteira dos chamados Grandes Projetos Industriais, nos anos 1970; com a ditadura militar, a entrada de José Sarney na ARENA e o seu mandato como presidente da República, a oligarquia chegou ao seu apogeu. A partir dali, sua principal liderança se manteve como uma figura proeminente na política brasileira: ocupou todos os cargos do sistema institucional brasileiro, desde deputado, passando por governador, presidente da República e senador por dois estados. Ao mesmo tempo em que era senador pelo Amapá nos anos 1990 continuava a ser a

¹ Socióloga. Mestra em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. E-mail: mayara_fortes@hotmail.com.



grande figura da política institucional maranhense, elegia a filha governadora e inclusive depôs (foi peça-chave no processo de deposição) de um governador eleito, Jackson Lago, colocando Roseana, a candidata derrotada, no governo, sem que houvesse novas eleições.

É certo que a maior crise política vivenciada pela oligarquia Sarney criou as condições para a ascensão de Flávio Dino ao governo estadual. Mas como a interrupção desse ciclo repercutiu e repercute para o proletariado maranhense?

2. O declínio do Grupo Sarney ou apenas o “fim de um ciclo”

A ascensão de José Sarney como um dos grandes líderes do PMDB, partido no qual ingressou em 1984, foi coroada com a sua eleição para a presidência do Senado no ano de 2003. Vencedor, com maioria absoluta, em seu segundo mandato mostrou-se essencial numa época em que a aliança PMDB-PT ainda não estava oficialmente estruturada, servindo como sustentáculo e grande aliado do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Manteve-se nesta por mais dois mandatos, sendo peça-chave na chamada *governabilidade* dos governos petistas.

Apesar da influência no âmbito federal, no plano regional (Maranhão), a oligarquia vivenciou, a partir dos anos 1990, uma crise de legitimidade política – relacionada, segundo Costa (1997), “ao aumento da competitividade eleitoral, evidenciada pelo fortalecimento da oposição e pelo processo de organização e luta dos movimentos sociais”. Outro motivo ainda a ser considerado é o desgaste da figura de José Sarney após o fim do seu mandato como presidente, período em que mudou seu domicílio eleitoral para o estado do Amapá.

Em 1990, o sistema eleitoral foi caracterizado por algumas mudanças ditadas pela Constituição de 1988: a introdução do 2º turno nas eleições para governador e a maior permissividade legal para a formação de partidos, o que torna uma tarefa quase impossível rastrear “quem é quem” na imensa profusão de siglas e coligações partidárias. Mas a principal característica das eleições de 1990 foi o aumento da competitividade eleitoral dos diferentes grupos de oposição, implicando uma verdadeira mudança qualitativa do processo eleitoral estadual. O acirramento da competição política impôs à oligarquia dominante dificuldades crescentes, na medida em que um elemento básico dos sistemas democráticos, a incerteza, surgiu no cenário político maranhense, indicando a possibilidade de alternância no poder regional. Como resultado dessa nova conjuntura, desde então o comportamento político da oligarquia Sarney tem se pautado por um conjunto de ações em vários campos, visando minimizar a incerteza eleitoral e (re)construir suas bases de legitimidade política. (COSTA, 1997, p. 17).

Segundo o autor, “um dos desdobramentos dessa “crise de legitimidade” foi a vitória nas eleições para o governo do estado em 1990, em 1º turno, da “oposição



oligárquica” liderada por João Castelo, dissidente do grupo Sarney, que fizera parte da coligação Maranhão Livre. (COSTA, 1997, grifo meu). A estratégia adotada parece ter sido a formação de uma ampla coligação interpartidária, atraindo diversos grupos e partidos descontentes com a hegemonia do grupo Sarney”. (COSTA, 1997, p. 17,18). João Castelo perdeu a eleição, em um segundo turno acirrado, para o candidato da oligarquia, Edison Lobão; porém, a estratégia de formar uma frente ampla de coalização para derrotar o grupo vai ganhando força nas eleições seguintes. Nessa eleição, uma oposição mais à esquerda, cristalizada na candidata do PDT Conceição Andrade, também se fortaleceu. A coalização Frente de Oposição Popular, formada por PDT, PT, PSB, PCdoB e PCB, recebeu 15% dos votos e consolidou na capital a força do “grupo do PDT”, liderada por Jackson Lago. Dois anos depois, nas eleições municipais de 1992, Conceição Andrade foi eleita prefeita de São Luís.

Em 1994, entretanto, a oligarquia ganhou novo fôlego com a eleição de Roseana Sarney para o governo do estado, herdeira legítima do principal líder político do estado. Repetiram-se elementos da eleição de 1990, novamente disputada com candidatos da oposição oligárquica² e da oposição pedetista. Epitácio Cafeteira, da coligação Unidos Pelo Maranhão (PPR, PSDB, PSB) e Jackson Lago, da Frente Ética (PDT, PT, PMN, PPS, PV), ficaram em segundo e terceiro lugar, respectivamente. Em um segundo turno acirradíssimo, Roseana Sarney quase perdeu as eleições.

Durante a campanha eleitoral que se seguiu, Roseana contou com a participação mais intensa de seu pai e obteve o apoio de 128 prefeitos maranhenses, enquanto Cafeteira, baseando sua campanha em ataques ao domínio de José Sarney na política estadual e com recursos financeiros muito inferiores, somou o apoio de apenas seis prefeitos. No dia 15 de novembro, num pleito agitado, cuja segurança foi garantida por tropas federais, e após uma disputa acirrada, Roseana elegeu-se governadora com 753.901 votos (50,6%), contra 735.841 (49,4%) de Cafeteira. Dessa forma, tornou-se a primeira mulher no país a ocupar a chefia do Poder Executivo estadual”. (DICIONÁRIO..., 2009).

Nas eleições em 1998, repetiu-se o embate Roseana Sarney e Epitácio Cafeteira; porém, Roseana, que conseguiu aglutinar durante o seu primeiro mandato parte

² A oposição oligárquica surgiu de um rompimento dentro do grupo Sarney nos anos 70. Os nomes mais fortes dessa oposição foram João Castelo governador do Maranhão de 1979-1982 e Epitácio Cafeteira, governador do Maranhão de 1987-1990, antes do rompimento com a oligarquia. Os políticos, hoje já falecidos, oscilaram em suas relações com o grupo, ora como aliados, ora como adversários. A oposição definida aqui como “oposição pedetista” foi a formada pelo médico e fundador do PDT no Maranhão, Jackson Kepler Lago (também já falecido), prefeito de São Luís por três gestões. A partir do final dos anos 80, o PDT sempre venceu as eleições municipais na capital, rendendo a cidade o apelido de “Ilha Rebelde”, pelas derrotas consecutivas do grupo Sarney nos pleitos.



da oposição em uma coligação chamada “O Maranhão segue em frente”³, venceu em primeiro turno com 66,1% dos votos válidos. O candidato Eptácio Cafeteira, coligado com o PDT e tendo como vice a médica Clay Lago, esposa de Jackson Lago, amargou nova derrota. Em 2002, a oligarquia emplacou José Reinaldo Tavares, vice-governador de Roseana Sarney em seus dois mandatos como governadora em 1994 e 1998, conseguindo ainda as duas vagas ao senado, com Roseana Sarney e Edison Lobão, ambos do antigo PFL. A Frente Trabalhista⁴, comandada por Jackson Lago, não conseguiu porcentagem suficiente de votos para um segundo turno.

De acordo com COSTA (1997, p. 24), “o principal eixo de polarização do processo político-eleitoral estadual [maranhense] é o conflito intraoligárquico”. Nos anos 1990, os maiores expoentes foram João Castelo e Eptácio Cafeteira; nos anos 2000, tem-se a ascensão de outro político como expoente desse conflito, José Reinaldo Tavares. Zé Reinaldo, como é conhecido, foi eleito governador em 2002, mas rompeu com o grupo durante o seu governo, alegando publicamente falta de autonomia para exercer seu mandato. Foi peça fundamental nas eleições de 2006, quando novamente uma ampla coalização entre oposicionistas e ex-aliados se formou para enfrentar a oligarquia.

Em 2006 Roseana foi candidata, pela terceira vez, ao governo do Maranhão, mas foi derrotada por Jackson Lago (PDT), no 2º turno, com 1.393.754 votos válidos (51,82%). A eleição foi uma das mais acirradas da história maranhense: Lago venceu por uma diferença pouco maior do que 95 mil votos, e Roseana, que venceu na maioria dos municípios do estado, perdeu nos maiores colégios eleitorais: São Luís e Imperatriz. Foi sua primeira derrota para o cargo e na carreira como um todo em disputas eletivas. Após a derrota, a fim de evitar sua expulsão do PFL por fazer campanha para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante as eleições presidenciais de 2006, pediu sua desfiliação do partido. Como o PFL fazia parte da oposição, ela teria que apoiar o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, mas em 22 de setembro, havia participado de um comício com Lula na cidade maranhense de Timon. Filiou-se ao PMDB em 2006, tornando-se líder da bancada governista no Senado no ano seguinte. (DICIONÁRIO..., 2009).

Em 2009, Jackson Lago⁵ teve seu mandato cassado por denúncias de improbidade administrativa e Roseana Sarney, segunda candidata nas eleições, assumiu o

³ Formada por: PFL, PMDB, PCdoB, PSD, PL, PTB, PSC, PSL, PRP, PST, PRTB, PRONA, PSDC.

⁴ Vale destacar que a coligação Frente Trabalhista de 2002, contava com o PDT e o PCdoB, o PT, entretanto, lançou candidatura própria com Raimundo Monteiro, ex-presidente do INCRA e ex-presidente do PT maranhense, em uma coligação chamada Maranhão presente, Lula presidente, que contava com a participação apenas do PCB.

⁵ É importante mencionar que Jackson Lago foi o maior quadro político do PDT maranhense. Fundador, junto a Leonel Brizola, do diretório nacional do partido, foi deputado estadual, três vezes prefeito da cidade de São Luís e o único político de oposição, antes de Flávio Dino, a conseguir vencer a oligarquia Sarney nas urnas elegendo-se governador do Maranhão em outubro de 2006. Entretanto, teve seu cargo cassado junto ao TSE em processo movido por sua adversária, Roseana



governo. Venceu a eleição seguinte, em 2010, disputando com Jackson Lago e Flávio Dino. Nessa eleição, houve um racha entre os dois candidatos e, Jackson Lago, desgastado com o episódio da cassação, corria o risco de ficar inelegível por oito anos. O Ministério Público Eleitoral entrou com um pedido de impugnação de sua candidatura através da Lei da Ficha Limpa, e sua candidatura esteve ameaçada até as vésperas da eleição, o que impulsionou Flávio Dino a pedir que abrisse mão de sua candidatura em prol de uma união oposicionista entre PCdoB, PDT e PSB. Jackson Lago, entretanto, teve seu registro liberado pelo TRE-MA e seguiu no pleito, amargando o terceiro lugar.

Em 2013, José Sarney demonstrava sinais de que não concorreria à reeleição ao senado, cargo que ocupou pelo Amapá desde 1991. Em junho do mesmo ano, declarou sua aposentadoria da vida política em evento do PMDB no Amapá. No Maranhão, a oligarquia passava por um novo ciclo de perda de legitimidade. Na esteira do processo de negação do establishment político pós-2013 e de um sentimento de renovação na política partidária, novas lideranças oposicionistas se fortaleceram. Uma delas, nesse momento, ganhou particular força: Flávio Dino de Castro e Costa.

Advogado, professor universitário, ex-juiz federal, ex-presidente da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) no primeiro governo Dilma Rousseff (2011 a 2014) e secretário-geral do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, Dino ingressou na carreira política em 2007, quando se elegeu deputado federal pelo PCdoB. Em 2008, concorreu à prefeitura de São Luís e, em 2010, candidatou-se ao governo⁶ do estado, sendo derrotado em ambos os pleitos. Em outubro de 2014 venceu a eleição para o governo estadual. O fortalecimento gradual de seu nome coincide com três momentos do cenário regional e nacional: a crise intraoligárquica no grupo Sarney, o enfraquecimento da oposição pedetista, com a cassação de Jackson Lago em 2009 e seu falecimento em 2011, e um “apelo nacional” por renovação política, nascido das chamadas *Jornadas de Junho*. Seu adversário, a quem derrotou em primeiro turno com 63,52% dos votos, foi um candidato de pouca expressão apoiado pelo *sarneyismo*, o empresário Edison Lobão Filho (MDB). Conhecido como Lobinho ou Edinho, é filho do senador, ex-governador do Maranhão e ex-ministro das Minas e Energia dos governos Lula e Dilma Rousseff, Edison Lobão (MDB).

A vitória de Flávio Dino em 2014 e sua reeleição em 2018 é um marco no enfraquecimento político do grupo Sarney no Maranhão – entretanto, é importante frisar a escolha pelo termo enfraquecimento ao invés de fim, dado que a influência política do

Sarney, por acusações de abuso de poder político e compra de voto. Em abril de 2009, o TSE confirmou a cassação de Jackson Lago e a ordenação de Roseana Sarney, segundo colocada no pleito, como governadora do estado.

⁶ Roseana Sarney foi reeleita em primeiro turno com 50,08% dos votos válidos.



sarneyismo ainda é forte no estado. Sarney Filho (PV), deputado federal por nove mandatos consecutivos e ministro do meio ambiente no governo FHC (entre 1999 e 2002) assumiu novamente o mesmo cargo, em maio de 2016, no governo do presidente Michel Temer (2016-2018). Seu filho, Adriano Sarney, é deputado estadual pelo PV-Maranhão e líder do bloco de oposição na Assembleia Legislativa.

2.1 A “reinvenção” do PCdoB nos anos 80: a política de aliança e as práticas inovadoras.

Na segunda metade dos anos 1980 – mas, sobretudo na década seguinte, com a crise do chamado “socialismo real” – o PCdoB reinventou-se e reorientou-se politicamente. Nos anos 1980 e 90, o PCdoB se aproximou de vários segmentos da esquerda e ampliou sua inserção política: consolidou cada vez mais o seu espaço no movimento sindical e estudantil, com forte presença em sindicatos docentes e na direção da UNE. É no final da década de 1980 que a aliança com o Partido dos Trabalhadores (PT) se consolida. De acordo com SALES (2008, p. 245):

O ano de 1988 marcou um momento importante na história do PCdoB. Nesse momento o partido passou a participar periodicamente de coligações eleitorais com outros partidos de esquerda, especialmente com o PT. [...] essa política ampla de alianças talvez ajude a compreender o relativo crescimento do número de votos recebidos pelo partido no decorrer dos anos 1980 e 1990, quando outros partidos comunistas, no Brasil e no mundo, seguiram tendência inversa. A aliança com o PT, maior partido da esquerda brasileira, certamente contribuiu para dar maior visibilidade às propostas dos comunistas e proporcionar uma expansão de seu espaço eleitoral.

Em 1989, foi oficializada a Frente Brasil Popular, aliança entre o PCdoB, PT e PSB para a eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar de derrotada nas eleições, a frente de esquerda saiu otimista e consolidou o PCdoB e o PT como aliados nas eleições subsequentes.

As novas “feições modernas” do partido, expressas no seu 9º Congresso (1997), se cristalizaram na implantação dos Planos Nacionais de Estruturação Partidária, durante os anos 1999 a 2003. A prática política do partido passou a buscar também a construção partidária, passados 11 anos em que os seus afiliados estavam aptos a concorrer em eleições.

Nesse momento, foi formada a Frente Lula Presidente, composta pelos partidos PT, PCdoB, PL, PMN e PCB. Lula saiu vitorioso frente ao candidato do PSDB, José Serra, dando início ao período petista à frente do governo federal, acompanhado por uma franca expansão institucional do PCdoB.



O PCdoB, pela primeira vez em sua história, assumiu um Ministério: o dos Esportes, ocupado primeiro por Agnelo Queiroz e depois por Orlando Silva. Aldo Rebelo (atualmente no SD/Partido Solidariedade), presidente da UNE nos anos 1980, ocupou diversos ministérios nos governos petistas, entre eles o da Defesa, dos Esportes e da Ciência e Tecnologia. Além do relativo sucesso eleitoral, em 2002 o partido “elegeu o vice-governador do Piauí, 10 deputados federais e 17 estaduais”. (SALES, 2008, p. 254).

Em 2007 o partido lança mão, mais uma vez, de nova tática política, desenvolvendo e aprimorando a institucionalidade partidária. Com a reeleição de Lula, o partido decidiu sair de uma posição coadjuvante em relação a disputas eleitorais e avançar, lançando mão de suas próprias candidaturas⁷. É importante frisar que apesar do desgaste sofrido pelo PT, a partir do escândalo do mensalão, o PCdoB não sofreu nenhum tipo de recuo e continuou em plena ascensão, tanto nas disputas eleitorais quanto no aumento de afiliados. Também em 2007, o partido avança no plano sindical, com a criação da CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

2.1.1 O Avanço do PCdoB no estado do Maranhão

São Luís, a capital do estado, tem um histórico recente, a partir da redemocratização, de prefeituras do PDT, sempre em oposição à oligarquia Sarney. Foram, de 1989 a 2008, ininterruptamente pedetistas, com Jackson Lago de 1989 a 1992, Conceição Andrade (PDT)⁸ de 1993 a 1996, Jackson Lago novamente (1997-2000, 2001-2002) e Tadeu Palácio (PDT)⁹ de 2002 a 2008. Essa hegemonia foi interrompida apenas por quatro anos, com a gestão do PSDB de João Castelo de 2009 a 2012; entretanto, o tucano contou com o apoio informal de Jackson Lago nas eleições. O atual prefeito Edivaldo Holanda Junior¹⁰ (2013 – 2016; 2017- 2020) é também pedetista.

⁷ Em comparativo com 2006, em 2010 o partido cresceu muito. Ampliou a bancada de 13 para 15 deputados (as). Quanto ao Senado, em comparação a 2002, em 2010 quase dobrou a votação, com 12.561.716 votos, o que corresponde a 7,37% do total, índice que em 2002 fora de 4%. Passou a contar com duas cadeiras no Senado Federal, com Inácio Arruda e Vanessa Grazziotin. Para as Assembleias Legislativas, elegeram 18 deputados (as). Em 2012 estava à frente de 42 prefeituras, 66 vices prefeituras e contava com 609 vereadores e vereadoras. (Com informações de “PCdoB: 90 anos em defesa do Brasil, da democracia e do socialismo”, 2012:68).

⁸ Sai do PDT em 2003 e volta ao PSB, partido ao qual era filiada no começo de sua carreira política, ainda nos anos 80. Posteriormente é expulsa do PSB e filia-se ao PTB.

⁹ Sai do PDT em 2009 e vai para o PMDB. Atualmente está filiado ao PP, entretanto, com a morte de Jackson Lago, seu padrinho político, sua carreira política encontra-se no ostracismo. O ex-prefeito exerce atualmente a profissão de médico oftalmologista.

¹⁰ O atual prefeito, entretanto, não possui um histórico de militância no PDT. Filiou-se em 2015 para concorrer à reeleição com uma coligação maior. À época de sua primeira gestão como prefeito de São Luís (2013-2016) e de seus cargos anteriores como vereador e deputado federal foi filiado ao

O PMDB é o maior partido do estado em afiliações e sempre elegeu um grande número de políticos. Conta com 68.434 filiados, de acordo com dados disponibilizados pelo TSE para 2018. Ambos os partidos, PMDB e PDT, estiveram sempre à frente de gestões municipais e estaduais no Maranhão nos últimos trinta anos, sendo o PDT o segundo maior em quantidade de filiações, com 59.548¹¹ afiliados.

Já o PCdoB não era tão expressivo em termos de atuação institucional como os partidos citados e não contava com grandes quadros no estado. Até 2014, não elegeu nenhum prefeito na capital, tampouco governadores e senadores. Tentou por algum tempo trazer Flávio Dino para o partido, na esteira da tática política de investir em quadros, desenvolvidas na 9ª Conferência do Partido¹². Mas somente em 2006 o atual governador filiou-se oficialmente, momento em que foi eleito deputado federal com mais de 120 mil votos. A bancada municipal do PCdoB em São Luís contava com poucos vereadores. Porém, os eleitos pela sigla vêm em uma linha ascendente. De nenhum eleito em 2000 e 2004, dois vereadores se elegeram em 2008¹³ e 2012¹⁴ e três¹⁵ em 2016. A bancada do PCdoB em 2019 conta com dois vereadores¹⁶, quase empatando com o PDT, que conta com três representantes¹⁷. Compõem a Câmara Municipal de São Luís 31 vereadores (2019) distribuídos por 19 partidos.

Na Assembleia Legislativa do Maranhão, o PCdoB possui atualmente - biênio 2019-2022 - uma bancada¹⁸ expressiva com 5 deputados estaduais e o presidente da Casa, deputado Othelino Neto. Empata com o DEM em número de deputados, entretanto, perde para o PDT que cresceu de 4 para 7 deputados nas eleições de outubro de 2018. A ALEMA conta ao todo com 43 deputados.

PTC – Partido Trabalhista Cristão - sigla que tem como presidente regional seu pai, o político Edivaldo Holanda, hoje aliado do governo Flávio Dino.

¹¹ Dados referentes a 2018.

¹² As linhas apontadas na 9ª Conferência dão a direção desse movimento: “a elaboração de uma política renovada de quadros, é tarefa das mais importantes hoje no terreno da organização. O vetor central de uma política renovada de quadros é sua formação e aproveitamento em prol do projeto político do Partido. (...) está em pauta renovar visões e práticas estabelecidas, em ampliar a aposta com confiança na capacidade do PCdoB em expansão, assegurar a formação de nova geração de quadros, advindos de experiências diversas do duro e prolongado aprendizado que fez a geração anterior”. (A Política de Estruturação do PCdoB-Documentos Básicos, 2006:104,105).

¹³ Fernando Lima e Rose Sales foram eleitos pelo PCdoB em 2008.

¹⁴ Em 2012 são eleitos vereadores pelo PCdoB, Rose Sales (atual PMN, passou também pelo PP, PV e PMB) e Professor Lisboa.

¹⁵ Em 2016 são eleitos vereadores pelo PCdoB, Marcelo Poeta, Fátima Araújo e Ricardo Diniz. Prof. Lisboa não conseguiu se reeleger.

¹⁶ Fátima Araújo e Marcelo Poeta. Ricardo Diniz é agora quadro do PRTB (2019).

¹⁷ São vereadores pelo PDT (2016-2019) Osmar Filho, Pavão Filho e Raimundo Penha.

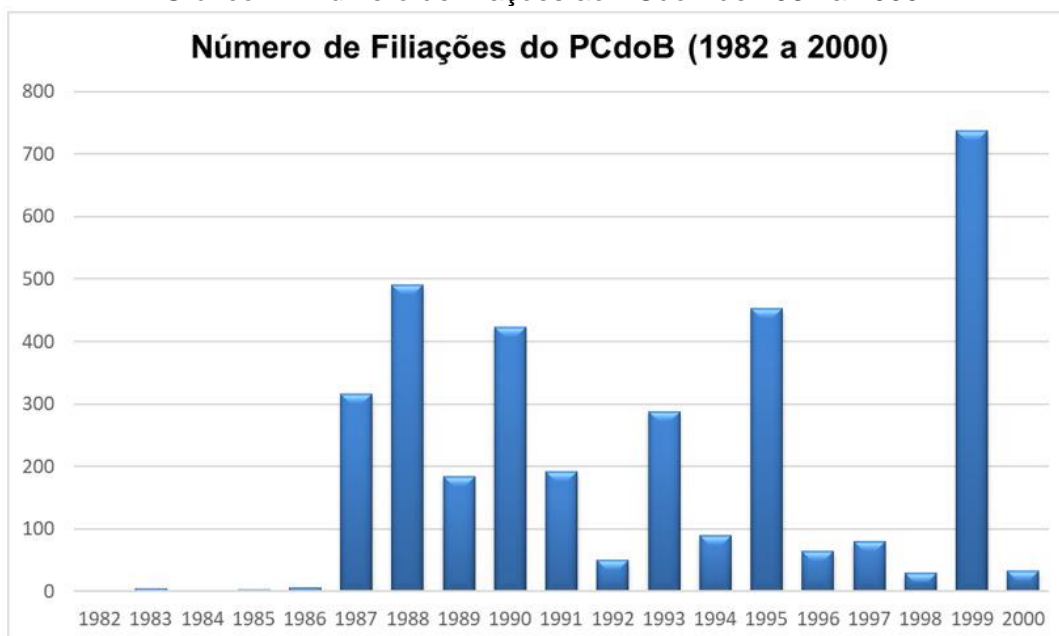
¹⁸ Compõem a bancada do PCdoB na Assembleia Legislativa do Maranhão os seguintes deputados (2019-2022): Adelmo Soares, Carlinhos Florêncio, Duarte Júnior, Othelino Neto e Professor Marco Aurélio.



As eleições de 2014 marcaram definitivamente o avanço eleitoral do partido no estado. Além da vitória esmagadora de Flávio Dino para o governo do estado em primeiro turno, com 63% dos votos, o partido conseguiu eleger, dois anos depois, 46 prefeitos nas eleições municipais (contra apenas 5 em 2012). O PMDB, partido do grupo político Sarney, elegeu 22 prefeitos em 2016, contra 48 eleitos em 2012¹⁹. A coligação saiu ainda vencedora em 150 municípios. O resultado final das eleições municipais em 2016 foi: PCdoB com 46 prefeitos, PSDB com 29, PDT com 28, PMDB com 22, PP com 15, PRB com 14, PSB com 13, PTB com 7, PT com 7, PR com 7, PV com 7, PSD com 6, PSDC com 2, PMN com 2, PTN com 2, SD com 2, DEM com 2, PROS com 2, PPS com 1, PSL com 1, PTC com 1.

Além do crescimento eleitoral/institucional, o partido também cresceu em quantidade de filiações e conta com 33.822 filiados no Maranhão²⁰ em 2018, o quarto maior partido em quantidade de filiações. É somente a partir de 1980 que o TSE passa a registrar as filiações partidárias do PCdoB no Maranhão²¹. Abaixo, os gráficos 1 e 2 mostram a quantidade de filiações ao partido de 1982 a 2017. Por falta de informações referentes ao ano de 1981, os gráficos foram desenvolvidos mostrando a quantidade de filiações a partir de 1982.

Gráfico 1 - Número de filiações ao PCdoB de 1982 a 2000



Fonte: dados do TSE, gráfico elaborado pela autora, 2018.

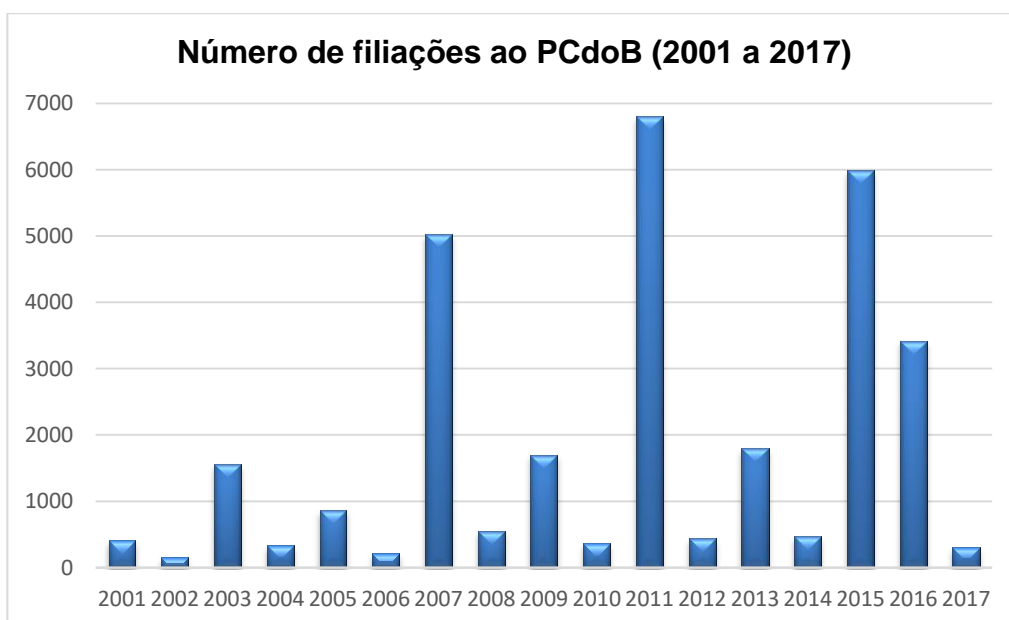
¹⁹ Com informações de jornal *Estadão – caderno de Política*, 06 de novembro de 2016.

²⁰ Dados sobre filiação partidária divulgados pelo TSE em 2018.

²¹ O PCdoB só conseguiu sua legalidade junto ao Tribunal Superior Eleitoral em 1985. Entretanto, de 1980 a 1985, excluindo apenas o ano de 1981, o TSE contabilizou filiações. 7 em 1980, 1 em 1982, 5 em 1983, 2 em 1984 e 3 em 1985.

De acordo com o gráfico 1, é possível perceber poucas filiações de 1982 a 1986, um número pequeno que não chegava às dezenas, até porque o partido só foi legalizado junto ao TSE em 1985. A partir de 1987, dois anos após a legalização do partido, as filiações se tornaram mais expressivas em quantidade e saltaram de apenas 7 em 1980 para 316 em 1987 e 491 em 1988. Apesar de alguns anos da década de 90 demonstrarem crescimento pequeno, como 1992²², 1996²³ e 1998²⁴, não houve involução e as filiações partidárias aumentaram durante toda a década, com destaque para os anos de 1993, 1995 e 1999, com 288, 453 e 737 filiações respectivamente.

Gráfico 2 - Número de filiações ao PCdoB de 2001 a 2017



Fonte: dados do TSE, gráfico elaborado pela autora, 2018.

As filiações continuaram a crescer, e o começo dos anos 2000 registrou impressionantes 1554 filiações em 2003²⁵. É possível que esse aumento tenha decorrido de dois principais motivos: a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, e a política de alianças do partido, passados quatro anos da introdução das PEPs. Os anos com as maiores filiações em todo o registro são 2007, 2011 e 2015, com 5025, 6806 e 5992, respectivamente.

²² 50 filiações.

²³ 65 filiações.

²⁴ 29 filiações.

²⁵ Em 2003, o crescimento do partido é excepcional também a nível nacional, com um alcance de 30 mil novos filiados no país.



3. CONCLUSÃO

A atuação política do partido (PCdoB) opera prioritariamente em três frentes: políticas sociais, defesa da democracia e desenvolvimento capitalista. As políticas sociais implementadas pela gestão Flávio Dino se voltam também para múltiplos interesses populares, desde os trabalhadores docentes, por exemplo, até amplas parcelas do povo pobre. Não se trata de políticas antissistêmicas. Ao contrário, são compatíveis com a tríade apontada acima. Não contemplam os interesses estratégicos do proletariado, seus interesses fundamentais, mas os de “curto prazo”, ou seja, contemplam interesses que podem ser atendidos no interior das estruturas do modo de produção capitalista, porém, “que não questionam a própria estrutura das relações sociais”. (WRIGHT, 1981, p. 83). O sucesso da gestão é grande e o governo obteve em seu primeiro mandato (2015-2018) mais de 60% de aprovação, o que repercutiu no crescimento do partido, tanto no número de filiações, quanto no crescimento das bancadas na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal. Boa parte de ex-aliados do grupo Sarney são agora aliados do *novo governo*, e pode-se dizer que o *sarneyismo* amarga o seu maior período, até aqui, de perda de legitimidade.

A gestão comunista conseguiu fazer, até o momento, com que alguns aspectos do desenvolvimento capitalista no Maranhão repercutam favoravelmente para amplas parcelas dos proletários e semiproletários que, em sua imensa maior parte, são frutos deste desenvolvimento: com programas de alfabetização em parceria com o MST, de atendimento médico domiciliar em áreas de difícil acesso, investimentos em agricultura familiar e medicina alternativa, por exemplo.

Entretanto, este governo, assim como a oligarquia Sarney, se volta aos grandes projetos industriais, com investimentos em siderurgia com acordos de parceria com chineses para a construção de um porto privado (nesse caso, um terminal) em São Luís. Tais projetos poderão afetar tanto a agricultura quanto a pesca nessa região, o que merece observações críticas.

O governo Flávio Dino não implementa uma política revolucionária, nem talvez seja o caso de fazê-lo. Mas esta política tem condições de canalizar parte significativa do apoio popular, e, na medida em que não se limita a uma política gerencial (apanágio dos oligarcas maranhenses) e tem se diferenciado fortemente do que ocorre no plano nacional fazendo oposição ao governo de Jair Bolsonaro, pode construir vínculos com políticas sociais no atual contexto político do país.

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto
2019
Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

REFERÊNCIAS

COSTA, Wagner C. da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. 2. Ed. São Luís: EdUFMA, 1997.

DICIONÁRIO DE VERBETE BIBLIOGRÁFICO. **Verbetes Roseana Macieira Sarney**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roseana-macieira-sarney>>. Acesso em: 12 de abril 2019.

Maranhão troca clã Sarney por comunistas. **Jornal O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,maranhao-troca-cla-sarney-por-comunistas,10000086655>. Acesso em 02 de abril de 2019.

PCdoB. **A política de estruturação do PCdoB**: Documentos Básicos. São Paulo: PCdoB, 2006.

PCdoB. **PCdoB: 90 anos em defesa do Brasil, da democracia e do socialismo**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

Relação de filiados de cada partido. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

SALES, Jean Rodrigues. Entre a revolução e a institucionalização: a participação eleitoral do PCdoB na história recente do Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, v.21, n.42, p.241-260, jul.- dez. 2008.

WRIGHT, Erik Olin. **Classe, crise e o Estado**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.